

## RESIDENCIAL GUENOAS: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O CONJUNTO HABITACIONAL

Aline Cristiani Rodrigues Pinheiro<sup>1</sup>, Francine Guedes Ignez<sup>2</sup>, Larissa Ramos Moreira<sup>3</sup>, Virgínia Nunes Bittencourt<sup>4</sup>, Sílvia Cristina De Vargas<sup>5</sup>

126

1\* - Graduada em Ciências Contábeis; Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP; 2, 3, 4 - Graduandas em Psicologia pelo Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP. E-mail: francineignez190367@sou.urcamp.edu.br; 5\* - Especialista em Neuropsicologia Clínica e professora do curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP

**Resumo:** Este resumo expandido tem como objetivo a contribuição para estudos que visem a percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais Minha Casa Minha Vida. Pesquisou-se a vida em comunidade e a convivência social dos moradores no Residencial Guenoas/Bagé, coletivo de moradias composto por 300 apartamentos, através de um formulário da plataforma Google Forms, enviado aos moradores por um aplicativo de mensagens instantâneas. A pesquisa contou com a participação de 33 moradores, com perguntas qualitativas e quantitativas. Analisadas tais questões, percebe-se que há inconsonância entre o entendimento do coletivo e uma real ação comunitária. Se faz necessário a união da psicologia com os demais processos do programa assim, influenciando, o desenvolvimento gradativo destes residenciais e possibilitando maior qualidade de vida aos moradores.

**Palavras-chave:** Psicologia Social; Minha Casa Minha Vida; Psicologia Comunitária; Programa Habitacional; Consciência Coletiva.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender a vida em comunidade e a convivência social dos moradores no Residencial Guenoas/Bagé, o coletivo de moradias é composto por 300 apartamentos, conta atualmente com cerca de 780 moradores que residem no local desde outubro de 2015. Construído através do Programa Habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, para residentes de renda inferior ou igual a 3 salários mínimos, o programa é atualmente o principal em Políticas Públicas Habitacionais no Brasil. Ao entendermos a origem, evolução e funcionamento destes modelos habitacionais, busca-se explicações para os atuais problemas conforme apontado por Shimpo (2011) e Valença e Bonates (2010), a busca por atender as demandas financeiras do mercado econômico leva interesses privados a dominarem o sistema e ao fracasso em relação às demandas sociais. Partindo desse princípio os condomínios são construídos em terrenos nas periferias das cidades visando atender apenas às necessidades básicas de moradia, causando problemas de mobilidade urbana e construção de identidade coletiva ao evidenciar a exclusão social. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do projeto integrador

que dedicou-se a compreender o funcionamento do Residencial Guenoas, suas necessidades e seus geradores de conflitos, a fim de possibilitar futuras intervenções que visem melhorar as perspectivas de futuro, a autogestão e senso de comunidade.

## METODOLOGIA

O estudo, refere-se ao Projeto Integrador desenvolvido durante o terceiro módulo “A constituição do indivíduo” do curso de Psicologia Urcamp Bagé/RS. A escolha da pesquisa teve início no mês de março de 2020, inicialmente a proposta de abordagem seria de forma presencial, entretanto, com a ocorrência da pandemia de COVID-19, trazendo consigo o isolamento social e sua consequente inviabilidade de realizar a proposta pretendida, optou-se pela execução do projeto de forma virtual, através da aplicação de questionário.

Para isso foi desenvolvido um questionário online contendo 20\* perguntas quali e quantitativa na plataforma Google Forms, o mesmo foi disponibilizado por 24 dias em um grupo pré-existente no aplicativo de mensagens instantâneas denominado WhatsApp com moradores do condomínio, contendo 243 contatos, gerenciado pelo síndico do residencial. Em paralelo foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, sobre as questões habitacionais correlacionadas a psicologia social e comunitária.

Iniciamos a compreensão da problemática comunitária através da aplicação do supracitado questionário, onde buscamos compreender os problemas do local através da percepção dos próprios residentes. Os questionamentos foram elaborados no sentido de extrairmos dos moradores especificamente quais problemas eles vivenciam diariamente nos ambientes comunitários e nas questões relativas à convivência com os vizinhos, de modo que, fosse possível encontrar os geradores dos problemas e buscar os elementos necessários para a elaboração de métodos resolutivos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram 20 questões\* e obtivemos 33 respostas o que representa 13,6% da amostra de residentes e ao analisarmos o resultados, foi possível extrair as seguintes respostas: O residencial tem como faixa de idade predominante entre 20-30 anos (39,4%), sendo a maioria do sexo Feminino (87,9%), a predominância das respostas sobre o estado civil dos moradores é de solteiros (45,5%), a escolaridade é bem diversa, sendo mais vezes assinalada a opção de ensino superior incompleto (21,2%), em sua maioria empregados (75,8%).

Analisando os dados colhidos, temos um conjunto habitacional predominantemente feminino e solteiro, ao passo que também verificamos uma quantidade significativa (63,3%) de lares com crianças, o que evidencia uma grande incidência de mulheres chefes de família. Em análise a lei 11977/2009, legislação ordinária que disciplina e regulamenta o programa Minha Casa Minha Vida, verifica-se que há preferência estabelecida dentre os pretendentes ao beneficiário, conforme a legislação:

Art. 3º Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais);

II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;

III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;

IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Depreende-se, portanto, que a estatística predominante de mulheres solteiras tem como causa a vontade do legislador, que estabeleceu preferência ao benefício habitacional para esse grupo específico, de acordo com o inciso IV, compreendendo-se como “mulheres responsáveis pela unidade familiar” como as popularmente conhecidas mulheres chefes de família. A incidência de

mulheres no residencial explica-se também pela definição de grupo familiar atribuída pelo legislador, senão vejamos:

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - grupo familiar: unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal; (BRASIL, 2009).

129

A inclusão de famílias unipessoais também colabora para o aumento de residentes do sexo feminino, pois uma mulher que alce sozinhas seus rendimentos também se enquadra como chefe de família e tem preferência legal estabelecida sobre os demais concorrentes.

Grande parte (66,7%) dos residentes consideram morar no Guenoas bom, seguido por 21,2% que consideram excelente, apenas 6,1% consideram ruim, péssimo ou indiferente atingiu o percentual de 3% cada. No que tange às relações interpessoais 39,4% dos entrevistados afirmaram conviver com seus vizinhos, 36,4% relataram conviver de forma razoável, 24,2% não convivem. Ao questionar a qualidade dessa relação 78,8% afirmam ter boa relação, 18,2% sugerem uma convivência mediana e 3% afirmam não ter um bom relacionamento.

Sobre a utilização de locais de uso comum do condomínio e a qualidade de sua infraestrutura, 42,4% usufruem ocasionalmente os espaços, 30,3% não utilizam e 27,3% afirmaram usufruir os locais de uso comum. A respeito da infraestrutura 39,4% consideram nem boa nem ruim, 33,3% relataram boa, 18,2% afirmaram ser ruim e 9,1% disseram que depende do local.

Ao falarmos sobre a responsabilidade de cuidados com os espaços de uso comum, 93,9% afirmam que é dever de todos os moradores, ser de responsabilidade do síndico do condomínio e de quem faz uso atingiu o percentual de 3% cada. Quando questionados sobre sua participação nesses cuidados, 51,5% relatou cuidar dos espaços de uso comum e que esse cuidado faz parte de sua rotina, 33,3% diz cuidar apenas quando faz uso desses espaços, 12,1% afirmou não ter tempo e 3% alegou não ter responsabilidade sobre esses locais.

Percebe-se uma discrepância significativa entre entender que há a necessidade de construção coletiva para a manutenção de espaços compartilhados

e a real ação com esses cuidados. Evidenciando a necessidade de construção de formas dialógicas que fomentem a participação da comunidade na resolução de seus problemas. “[...] promovendo não só a politização do comunitário e a construção de uma democracia efetivamente participativa, mas também evitando o risco de se produzir um saber que não aponte seus próprios limites.” (RASERA, 2019, p.11)

Questionamos, a fim de obter respostas específicas sobre as mazelas que afligem os residentes, para tanto, perguntamos o que mais os incomodava no conjunto habitacional. Do ponto de vista de seus residentes, o incômodo mais citado foi o barulho e som alto por parte de seus vizinhos, seguido de sujeira/desorganização, conflitos, falta de privacidade e segurança, além, da possível venda de entorpecentes dentro do residencial.

No depoimento a seguir está exemplificado a principal queixa relatada pelos moradores. *“O som é outro problema, vizinhos colocam som muito alto ... quando para um vizinho segue o outro e você no meio sem poder reclamar pq não gostam quando é pedido para baixar o volume [..]”* Já no depoimento de um outro morador, sua fala sugere a necessidade de um pensar coletivo. *“A consciência das pessoas, saberem que ali não moram sozinhos.”*

Ao vislumbrarmos a boa convivência dentro do conjunto habitacional em questão, alinhando a fala de seus moradores e até mesmo ao seu perfil condômino, torna-se nítido a necessidade da construção da identidade coletiva e ampliação de sua consciência, visto que, os maiores conflitos citados são derivados dessa falta, conforme Góis (2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou estudar o funcionamento do residencial, seus mecanismos e possíveis geradores de conflitos, assim, para a partir destes conhecimentos apontar prováveis resoluções e por meio delas trabalhar questões como: autogestão e senso de comunidade. Alinhando os conhecimentos de psicologia social e comunitária com o avanço da qualidade de vida existente no residencial.

Consideramos esse estudo um primeiro passo, abrindo espaço para novos interrogantes, trazendo consigo novos questionamentos, como outros dados sociodemográficos dos condôminos. Os dados colhidos revelam a urgência de novas pesquisas na área, capazes de apurar tais pontos que carregam consigo a capacidade transformativa, desta forma uma nova pesquisa será realizada no mês de setembro a fim de reavaliar as problemáticas.

131

## NOTA

(\*) Das 20 questões respondidas pelos moradores do residencial apenas 17 questões foram apresentadas neste artigo, pois tais questões foram de extrema relevância para o desenvolvimento e conclusão do mesmo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n. 11977**, de 07 de julho de 2009. Planalto

GOÍIS, C. W. L. (2008). **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: HUCITEC.

RASERA, Emerson Fernando. **CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: conflito, diálogo e participação**. *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v. 32, 18 maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32219692>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100210&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100210&lang=pt). Acesso em: 08 jun. 2020.

SHIMBO, L. Z. (2011). “**Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação de mercado**”. In: MENDONÇA, J. G. e COSTA, H. S. M. (orgs.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte, C/Arte.

VALENÇA, M. M. e BONATES, M. F. (2010). **The trajectory of social housing policy in Brazil: from the National Housing Bank to the Ministry of the Cities**. *Habitat International*, v. 34, n. 2, pp. 165-173.